



A Atuação do Assistente Social na Saúde do Trabalhador da Educação: Perspectivas Históricas, Compromisso Ético-Político e o Enfrentamento da Questão Social

The Activity of the Social Worker in Education Worker Health: Historical Perspectives, Ethical-Political Commitment, and Confronting the Social Question

Ivania Gomes Alves

Universidad San Lorenzo

Resumo: A atuação do assistente social na contemporaneidade está intrinsecamente ligada às transformações macroestruturais do capitalismo globalizado e à hegemonia do capital financeiro, exigindo do profissional uma capacidade apurada de decifrar a realidade para o enfrentamento da “questão social”. Historicamente, o Serviço Social brasileiro evoluiu de uma matriz filantrópica e moralista para uma profissão de caráter científico e crítico, rompendo com o conservadorismo tradicional via Movimento de Reconceituação e fundamentando-se no Projeto Ético-Político, no Código de Ética de 1993 e na Lei de Regulamentação Profissional. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de revisão de literatura e análise documental, com caráter exploratório-descritivo, utilizando o método hermenêutico-dialético para situar as informações e captar as contradições entre capital e trabalho. O referencial teórico ancora-se na teoria crítica de matriz marxista, destacando a “questão social” como base da fundação histórica da profissão e analisando a instrumentalidade e mediação das técnicas profissionais. A intervenção na saúde do trabalhador e na educação é estratégica para a garantia de direitos sociais e a democratização do poder, buscando superar visões endógenas e burocráticas para promover a dignidade do trabalhador. Conclui-se que a competência teórico-metodológica e ético-política do assistente social é essencial para promover a qualidade de vida e a emancipação humana dos sujeitos no sistema educacional.

Palavras-chave: serviço social; questão social; educação.

Abstract: Contemporary social worker activity is inseparable from the macrostructural transformations of globalized capitalism and the hegemony of financial capital, requiring an acute capacity to decipher reality and confront the “social question”. Historically, the Brazilian Social Work profession evolved from a philanthropic and moralistic matrix into a scientific and critical profession, breaking with traditional conservatism through the Reconceptualization Movement and establishing a dialogue with Marxist critical theory. The profession’s praxis is grounded in the Ethical-Political Project, the 1993 Ethics Code, and the Professional Regulation Law. Methodologically, this study is characterized as qualitative research based on a literature review and an exploratory-descriptive documentary analysis. It employs the hermeneutic-dialectic method to contextualize theoretical discourses and capture the contradictions between capital and labor. Intervention in education and worker health is strategic for guaranteeing social rights and democratizing power, aiming to overcome bureaucratic views to promote the dignity of workers. The study concludes that the theoretical-methodological and ethical-political competence of the social worker is essential for promoting quality of life and human emancipation for the subjects within the educational system.

Keywords: social work; social question; education.

INTRODUÇÃO

A atuação do assistente social na contemporaneidade é indissociável das transformações macroestruturais do capitalismo globalizado e da hegemonia do capital financeiro, que instauram novos padrões de produção e gestão do trabalho. Esse cenário, marcado pela revolução técnico-científica, resulta em uma redução drástica na demanda de trabalho e no crescimento da população “sobrante”, aprofundando a exclusão socioeconômica e política das classes subalternas, que se tornam alvo de violência institucionalizada. Nesse contexto, a pauperização e a exclusão social não são meros acidentes, mas produtos do desenvolvimento das forças produtivas e do mercado globalizado, o que exige do Serviço Social uma capacidade apurada de decifrar a realidade para construir respostas profissionais que possibilitem o enfrentamento da “questão social”.

Historicamente, o Serviço Social brasileiro evoluiu de uma matriz filantrópica e moralista para uma profissão de caráter científico e crítico. Influenciada inicialmente por Mary Richmond e pela vertente franco-belga, a profissão no Brasil consolidou suas primeiras escolas na década de 1930, como o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em São Paulo e o Instituto de Educação Familiar e Social no Rio de Janeiro. Naquela fase inicial, a formação era centrada em eixos morais, técnicos e doutrinários, visando enfrentar os “males sociais” através de uma visão muitas vezes paternalista e tutelar em relação ao proletariado. Contudo, a partir da década de 1960, o chamado “Movimento de Reconceituação” promoveu uma ruptura com o conservadorismo tradicional, estabelecendo um diálogo necessário com a teoria crítica de matriz marxista.

Essa renovação crítica, amadurecida nas décadas de 1980 e 1990, passou a entender o Serviço Social como um tipo de trabalho inserido na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade. Sob essa ótica, o assistente social é compreendido como um “intelectual” que participa da criação de consensos ou do fortalecimento de uma contra-hegemonia no cenário da vida social. A profissão fundamenta sua práxis no Projeto Ético-Político, no Código de Ética de 1993 e na Lei de Regulamentação Profissional, que legitimam a autonomia técnica e o compromisso com os valores democráticos e a justiça social. Assim, a investigação torna-se central tanto na formação quanto na prática, permitindo que o profissional deixe de ser meramente executivo para tornar-se propositivo, inventivo e capaz de preservar direitos em meio à rotina burocrática.

No campo específico da educação e da saúde do trabalhador, a intervenção do assistente social é estratégica para a garantia de direitos sociais preconizados na legislação brasileira. A educação é um espaço que abrange professores, servidores e famílias, exigindo que o trabalho profissional oportunize o acesso a direitos independentemente de raça, gênero ou poder econômico. Na esfera pública, o assistente social atua na redistribuição da riqueza social via fundo

público, operando na gestão da coisa pública e na democratização do poder. Atuar na saúde do trabalhador da educação significa, portanto, mediar conflitos, orientar sobre deveres e, sobretudo, desvelar a realidade do servidor que sofre os impactos do desemprego, da precariedade laboral e do adoecimento vinculado ao ambiente de trabalho.

As políticas sociais, nesse ínterim, são vistas de forma contraditória: ora como mecanismos de manutenção da força de trabalho para o capital, ora como conquistas reais dos trabalhadores através de suas lutas históricas. O assistente social, inserido nas instituições de ensino, utiliza instrumentos técnico-operativos — como entrevistas, visitas domiciliares e pesquisas — para compreender a totalidade histórica em que o servidor está inserido. O desafio atual para esses profissionais é superar a visão endógena e burocrática, olhando “para fora” do Serviço Social para captar as novas mediações que o mercado globalizado impõe, requalificando o fazer profissional e identificando alternativas de ação que promovam a dignidade do trabalhador.

O presente estudo científico é oriundo de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência da Educação – UNISAL da Faculdade de Pós-graduação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação. A investigação aqui delineada busca analisar as ações que legitimam essa prática profissional no contexto da Secretaria Municipal de Educação, oferecendo um diagnóstico sobre como a competência teórico- metodológica e ético-política do assistente social contribui para a qualidade de vida e a emancipação humana dos sujeitos que dão vida ao sistema educacional.

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, pautada em um delineamento de revisão de literatura e análise documental de caráter exploratório-descritivo. Segundo os preceitos de Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, permitindo a aproximação sistemática ao objeto de estudo. O objetivo central deste percurso metodológico é organizar e analisar o conhecimento sobre a atuação do assistente social, correlacionando sua gênese histórica aos desafios contemporâneos da prática profissional no âmbito da saúde e da educação.

Estratégia de Busca e Fontes de Dados

Para a composição deste estudo, realizou-se um levantamento bibliográfico sistemático que privilegiou a produção intelectual acumulada a partir do movimento de renovação crítica da profissão nas décadas de 1980 e 1990. As fontes de dados foram categorizadas em três frentes fundamentais:

- **Literatura Teórica de Referência:** A busca centrou-se em autores que fundamentam a profissão sob a ótica da teoria crítica, especificamente na

interlocução com a matriz marxista. Foram selecionadas obras seminais de Marilda Iamamoto (2000, 2007), José Paulo Netto (2010), Maria Cristina Piana (2009) e Yazbek (2008), cujos estudos permitem decifrar a profissão como uma especialização do trabalho inserida na divisão social e técnica do trabalho coletivo.

- **Fontes Documentais e Normativas:** Foram analisados os instrumentos legais que legitimam e direcionam a práxis profissional no Brasil, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e o Código de Ética do Assistente Social de 1993. Adicionalmente, integraram o corpus de análise a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essenciais para a compreensão do sistema de garantias de direitos.
- **Bases de Dados Institucionais:** A pesquisa recorreu a documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Associação Brasileira de

Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, antiga ABESS) para contextualizar as diretrizes curriculares e o projeto ético-político da categoria.

Justificativa do Referencial Teórico

A fundamentação teórica apresentada na seção anterior justifica-se pela necessidade de apreender o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira. A escolha das categorias teóricas seguiu critérios de relevância sócio-histórica:

- **Contexto Histórico:** A inclusão das raízes históricas (Mary Richmond e o modelo franco-belga) justifica-se para demonstrar a transição de uma prática vocacional, moralista e tutelar para uma profissão de caráter científico e moderno. Sem esse resgate, não seria possível compreender o impacto do Movimento de Reconceituação na ruptura com o conservadorismo tradicional.
- **Trabalho e Questão Social:** O uso das obras de Iamamoto (2000) e Netto (1992) justifica-se porque estas autoras definem a “Questão Social” como a base de fundação histórica da profissão. Esse referencial é indispensável para analisar como o assistente social interfere na reprodução material da força de trabalho e na redistribuição da riqueza social via fundo público.
- **Dimensão Ético-Política:** A fundamentação no Código de Ética de 1993 justifica-se por estabelecer a liberdade como valor central e a autonomia técnica como requisito para uma atuação propositiva e não meramente executiva.

Procedimentos de Análise de Conteúdo

Para o tratamento dos dados coletados, utilizou-se o método hermenêutico-dialético, que permite situar as informações e os discursos teóricos em seu contexto histórico, captando as contradições entre o capital e o trabalho. A análise foi estruturada em três eixos sistemáticos:

1. Gênese e Renovação Crítica: Confronto entre as práticas tradicionais e o projeto profissional contemporâneo.
2. Trabalho Assalariado e Valor: Investigação do Serviço Social como parte do trabalho social produzido pela sociedade, inserido no universo da mercantilização e do valor de uso.
3. Instrumentalidade e Mediação: Estudo das técnicas (entrevistas, visitas e relatórios) como categorias instrumentais que conferem operacionalidade à defesa de direitos.

Considerações Éticas e Alcance Acadêmico

Por tratar-se de uma revisão bibliográfica de fontes secundárias e documentos públicos, o estudo dispensa submissão a comitês de ética, mantendo, contudo, o rigor na fidedignidade das citações e na integridade intelectual das obras consultadas. Esta metodologia garante que o estudo ofereça um diagnóstico denso e crítico sobre a atuação do assistente social na saúde do trabalhador, superando visões burocráticas e identificando alternativas de ação que promovam a dignidade humana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gênese e Evolução Histórica do Serviço Social no Cenário Internacional e Nacional

A trajetória histórica do Serviço Social insere-se no contexto da globalização mundial sob a hegemonia do capital financeiro e da revolução técnico-científica, que instaurou novos padrões de produção e gestão do trabalho. Este cenário é marcado pela redução da demanda de trabalho e pela ampliação da população “sobrante”, resultando no crescimento da exclusão socioeconômica das classes subalternas, hoje alvo de violência institucionalizada. Historicamente, a profissão foi profundamente influenciada por Mary Richmond (1861-1919), precursora do trabalho científico com indivíduos e responsável pela criação da primeira Escola de Serviço Social em New York (1898), denominada “Escola de Filantropia Aplicada”. Richmond (1861-1919) introduziu termos técnicos ainda utilizados, como “clientes”, “case”, “casework” e “caseworker”, defendendo que o Trabalho Social de Caso visa o desenvolvimento da personalidade pelo ajuste consciente das relações sociais.

Na América Latina, a institucionalização iniciou-se em 1925, em Santiago do Chile, com a escola criada pelo médico Alejandro Del Rio, em um período onde o Serviço Social auxiliava médicos e garantia interesses burgueses e a expansão do Estado. Simultaneamente, em Milão (1925), fundou-se a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), que incentivou a criação de escolas sob âmbito doutrinário católico para enfatizar a eficiência profissional. A influência da Igreja Católica foi determinante, culminando na implantação de oito escolas na América Latina, incluindo Rio de Janeiro e São Paulo, focando em problemas como a situação da mulher camponesa e a realidade rural. No Brasil, o chamado “Movimento Laico”, liderado pela Igreja e pela burguesia, buscou intervir junto ao proletariado através do modelo franco-belga, que se limitava a uma formação essencialmente pessoal, moral e vocacional, visando enfrentar a realidade social com subjetividade (Silva, 1995).

A fundação do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) em 1932, em São Paulo, com o apoio do Serviço Social Belga, marcou a entrada de moças católicas da classe burguesa na luta operária, pautada pela preservação da ordem moral e pela caridade cristã, mantendo um sentimento de tutela em relação ao proletariado. A formação profissional até 1945 estruturou-se em três eixos: formação moral e doutrinária (princípios), formação técnica (ação contra males sociais) e formação científica (psicologia, sociologia, filosofia) (Silva, 1995). A regulamentação do ensino no Brasil ocorreu via ABESS (1946), que coordenou o projeto de formação de nível técnico e superior (Iamamoto, 2000). A transição para uma perspectiva crítica iniciou-se na década de 1980, estabelecendo uma interlocução com a teoria de Marx e situando a questão social como a base da fundação sócio-histórica da profissão, rompendo com as práticas tradicionais isoladas e carentes de recursos onde os valores morais eram prioridades.

O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho, Ética e a Teoria Crítica

A prática profissional moderna é entendida como trabalho inscrito em um processo de produção e reprodução da vida social, onde a investigação é central tanto na formação quanto na práxis para permitir o conhecimento da realidade (Iamamoto, 2007). Historicamente, a necessidade de intervenção surgiu nas fábricas com condições precárias, jornadas de 18 horas e ausência de direitos trabalhistas. O Estado passou a regular a economia para assegurar serviços sociais de consumo coletivo (saúde, educação, assistência) e minimizar a pobreza (Piana, 2009). Nesse cenário, a Política Social é vista ora como mecanismo de manutenção do proletariado, ora como conquista dos trabalhadores. O assistente social surge para atender as necessidades da classe operária e satisfazer a classe dominante, que buscava um profissional para “controlar” o proletariado.

Conforme Iamamoto (2000), o maior desafio atual é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas criativas para efetivar direitos, transformando o assistente social em um profissional propositivo e não

apenas executivo. No período da “Era Vargas” (1930-1945), instituições como a LBA e o SENAI destacaram-se por assumir o controle das massas e adequar a força de trabalho às necessidades da produção capitalista (Lopes da Silva Júnior, 2012; lamamoto e Carvalho, 1983). O conceito de “mais-valia” é central para entender como o operário aceita salários insuficientes para a subsistência, perdendo o acesso aos meios de produção (lamamoto; Carvalho, 1983). A profissão legitimou-se como estratégia do Estado para o controle das classes trabalhadoras (Piana, 2009).

O “Movimento de Reconceituação” na década de 1960 marcou a ruptura com o conservadorismo e o tradicionalismo paliativo, buscando uma atuação mais técnica, racional e pautada em bases teórico-metodológicas (Netto, 2010; lamamoto, 2010). Este movimento gerou o chamado Projeto Ético-Político, que permanece vivo como ponto de partida crítica ao tradicionalismo (Netto, 2010). Compreender o Serviço Social exige aprendê-lo como uma profissão socialmente determinada e, simultaneamente, fruto dos sujeitos que a constroem, acumulando saberes e sistematizações (lamamoto, 2000). O processo de trabalho do assistente social dispõe de uma dimensão teleológica, sendo a atividade por meio da qual o homem dá respostas prático-conscientes às suas necessidades (lamamoto, 1992). A profissão ingressa no universo da mercantilização e do valor ao produzir serviços socialmente necessários que atendem às necessidades sociais (Bonetti, 1996).

MEDIAÇÕES TÉCNICO-OPERATIVAS E O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Na esfera do Estado, o trabalho do assistente social participa da redistribuição da riqueza social via fundo público, inscrevendo-se na defesa de direitos de cidadania e na gestão da coisa pública (Bonetti, 1996). O Serviço Social interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo sociopolítico dos indivíduos; o profissional é um intelectual que contribui para a criação de consensos ou de uma contra-hegemonia (Marx, 1985). Na empresa privada, embora não produza diretamente mais-valia, o assistente social é parte de um trabalhador coletivo que cria condições para o crescimento do capital (Marx, 1985). Atuar na esfera das políticas sociais exige competência para ampliar a ingerência da sociedade civil e romper com as “caixas pretas” das instituições (Oliveira, 1994 *apud* lamamoto, 2000).

A mediação surge como categoria instrumental essencial, expressa pelo conjunto de técnicas e estratégias que conferem operacionalidade à ação profissional (Piana, 2006 *apud* Martinelli, 1993). O compromisso ético central é com a liberdade, implicando autonomia e emancipação (lamamoto, 2000). No campo da educação, o trabalho deve contemplar toda a comunidade escolar — professores, servidores, famílias e estudantes (Silva, 2012). A profissão é fundamental para garantir a educação como direito social independente de raça, gênero ou poder econômico (Piana, 2009). A formação busca capacitar o profissional para apreender o processo histórico de forma crítica e totalizante.

A “Questão Social”, cujas expressões mais nítidas são o desemprego e o subemprego, reflete a precarização das condições de vida agravada pela retração das responsabilidades sociais do Estado (Iamamoto, 2000). As políticas sociais são entendidas dialeticamente: ora como doação das elites, ora como conquista real da classe trabalhadora (Faleiros, 1991 *apud* Piana, 2009; Montañó, 2007 *apud* Piana, 2009). Em suma, a atuação do assistente social é uma prática analítica e interventiva que exige a superação de visões burocráticas para captar novas mediações no mercado globalizado, identificando alternativas de ação que promovam a dignidade do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sistemática da trajetória e da práxis do Serviço Social, fundamentada no levantamento bibliográfico e documental realizado, permite concluir que a atuação do assistente social na contemporaneidade é indissociável das transformações macroestruturais do capitalismo globalizado. O cenário atual, pautado pela hegemonia do capital financeiro e pela revolução técnico-científica, impõe desafios severos à classe trabalhadora, resultando em uma redução drástica na demanda de trabalho e no aprofundamento da exclusão social e política. Nesse contexto, a pauperização das classes subalternas e a violência institucionalizada deixam de ser meros acidentes para se tornarem produtos diretos do mercado globalizado, o que exige do profissional uma capacidade apurada de decifrar a realidade para formular respostas que enfrentem a “questão social”.

Historicamente, observou-se que o Serviço Social brasileiro percorreu um longo caminho, evoluindo de uma matriz filantrópica e moralista para uma profissão de caráter científico e crítico. A influência inicial de Mary Richmond (1861-1919) e do modelo franco-belga, que focava em eixos morais e doutrinários com uma visão paternalista sobre o proletariado, foi superada pelo impacto do Movimento de Reconceitualização na década de 1960. Essa ruptura com o conservadorismo tradicional permitiu o estabelecimento de um diálogo com a teoria crítica de matriz marxista, amadurecendo o entendimento da profissão como um tipo de trabalho inserido na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade.

A pesquisa reafirma que o assistente social moderno deve ser compreendido como um “intelectual” capaz de participar da criação de consensos ou do fortalecimento de uma contra-hegemonia na vida social. Fundamentada no Projeto Ético-Político e no Código de Ética de 1993, a profissão assegura sua autonomia técnica e o compromisso inegociável com a justiça social e os valores democráticos. Conseqüentemente, a investigação assume um papel central tanto na formação quanto na prática, transmutando o profissional de um mero executor burocrático em um agente propositivo e inventivo, capaz de preservar direitos em meio a rotinas institucionais complexas.

No âmbito específico da saúde e da educação, a intervenção profissional revela-se estratégica para a garantia dos direitos sociais preconizados na legislação

brasileira. O espaço educacional, que engloba professores, servidores e famílias, demanda que o assistente social oportunize o acesso a direitos de forma equânime, independentemente de marcadores de raça, gênero ou poder econômico. Atuar nesse campo significa mediar conflitos, orientar sobre deveres e, sobretudo, desvelar a realidade do servidor que padece sob os impactos da precariedade laboral e do adoecimento vinculado ao ambiente de trabalho.

As políticas sociais, objeto constante da prática profissional, devem ser entendidas em sua natureza contraditória: funcionam tanto como mecanismos de manutenção da força de trabalho para o capital quanto como conquistas reais dos trabalhadores advindas de lutas históricas. O assistente social participa da redistribuição da riqueza social via fundo público, operando na gestão da coisa pública e na democratização do poder. Na esfera privada, embora não produza diretamente mais-valia, o profissional integra o trabalhador coletivo que cria condições para o crescimento do capital, o que reforça a necessidade de uma postura crítica diante da mercantilização dos serviços.

A eficácia dessa atuação reside na maestria das mediações técnico-operativas, expressas pelo conjunto de técnicas e estratégias como entrevistas, visitas domiciliares e pesquisas. Esses instrumentos permitem ao profissional compreender a totalidade histórica do sujeito e conferir operacionalidade à defesa de seus direitos. A categoria da mediação é essencial para que o compromisso ético com a liberdade e a emancipação humana não se perca na burocracia institucional.

Por fim, os resultados desta investigação apontam que o desafio perene do assistente social é olhar “para fora” da própria profissão, captando as novas mediações que o mercado impõe para requalificar o fazer profissional. Superar a visão endógena é requisito fundamental para identificar alternativas de ação que promovam a dignidade do trabalhador. Este estudo contribui, portanto, para o diagnóstico de uma prática profissional que busca não apenas o ajuste das relações sociais, mas a contribuição efetiva para a emancipação humana dos sujeitos que compõem o sistema educacional e de saúde.

REFERÊNCIAS

BONETTI, D. A. *et al.* (orgs.). **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1993.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. In: MARX, K.; ENGELS, F. Textos. São Paulo: Edições Sociais, 1985.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 25, jul. 1994.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RICHMOND, Mary. **Social Diagnosis**. New York: Russell Sage Foundation, 1917.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Serviço Social no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Marcela Mary José da. **O lugar do serviço social na educação**. 2011. (Artigo).

SILVA JÚNIOR, Lopes da. **A Era Vargas e o Serviço Social**. 2012. YAZBEK, Maria Carmelita *et al.* O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.